

Ata nº 104 / XIII / 3.ª SL

Aos trinta dias do mês de novembro de 2017, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais
2. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 56/XIII/2.ª](#) - Aprova, para adesão, o Segundo Protocolo à Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adotado na Haia, em 26 de março de 1999.
 - Deputada autora do Parecer: Gabriela Canavilhas - PS
3. Apreciação e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 57/XIII/2.ª](#) - Aprova a Convenção do Conselho da Europa sobre uma Abordagem Integrada da Segurança, da Proteção e dos Serviços por Ocasão dos Jogos de Futebol e Outras Manifestações Desportivas, aberta a assinatura em Saint-Denis, em 3 de julho de 2016.
 - Deputado autor do Parecer: Ascenso Simões - PS
4. Apreciação do relatório e parecer da [Petição n.º 215/XIII/2.ª](#) da iniciativa de Estêvão Domingos de Sá Sequeira, que solicita a criação de vistos eletrónicos.
 - Deputado relator: Ricardo Batista Leite - PSD
5. Apreciação e votação do Relatório do DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA DEFESA EUROPEIA – [COM \(2017\) 315](#)
 - Deputada autora do relatório: Ângela Guerra - PSD
6. Apreciação e votação do Relatório do DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO – [COM \(2017\) 240](#)
 - Deputado relator: Filipe Lobo d'Ávila - CDS-PP
7. Análise e decisão sobre o escrutínio de iniciativas europeias sinalizadas pela CAE -

[JOIN\(2017\)40](#) Proposta conjunta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União, na Comissão Ministerial Mista e na Comissão Mista de Cooperação criadas pelo Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro, no que respeita à adoção do regulamento interno da Comissão Ministerial Mista, do mandato da Comissão Mista de Cooperação e do mandato das subcomissões criadas pela Comissão Mista de Cooperação

- Deputado relator: PS

8. Aprovação de ata:

Ata n.º 103/XIII de 21 de novembro de 2017

9. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão, tendo começado por prestar, englobadas no Ponto 1. da OD, as seguintes informações:

- Devido a imperativos de agenda, o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas só terá disponibilidade para a audição requerida pelo PSD, em janeiro próximo, aguardando-se propostas de datas em concreto.
- O Presidente da Comissão homóloga do Parlamento turco fez chegar um convite para que o Presidente da CNECP visite a Ancara e aquele Parlamento, durante o primeiro trimestre de 2018. Perante a abertura demonstrada pela Parte turca, foi manifestado por parte do Senhor Presidente o entendimento de que nesta deslocação participem igualmente os Deputados membros da Mesa da Comissão.
- O Sr. Deputado Ascenso Simões solicita, por motivos de conciliação com os trabalhos na Comissão de Defesa Nacional, a antecipação da apresentação do seu Parecer. Colocada a questão aos restantes membros da Comissão, houve unanimidade no assentimento a esta antecipação.

Posto o que, e com relação ao **Ponto 3** da OD, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Ascenso Simões (PS)** para apresentação do seu Parecer, mencionado supra. Começou por agradecer a compreensão de todos para a necessidade de antecipar a sua intervenção, tendo seguidamente situado e enquadrado os antecedentes desta iniciativa, tendo frisado tratar-se de uma atualização da Convenção Europeia sobre a Violência e os Excessos dos Espetadores por ocasião das Manifestações Desportivas e nomeadamente os Jogos de Futebol, adotada em 1985, integrando a experiência, as boas práticas e o trabalho desenvolvido pelos Estados e diversos intervenientes desde então, pretendendo-se promover uma abordagem integrada dos fenómenos desportivos, baseada na cooperação internacional, nenhum agente público ou privado pode, isoladamente, garantir a segurança e os riscos que envolvem os eventos desportivos. Na sua opinião, expressa no Parecer, sem por em causa a bondade e vantagens dos fins a alcançar com a presente iniciativa, considerou, contudo, ter sido mais curial a integração desta nova estrutura noutras já existentes, solução que melhor reforçaria os desígnios de uma visão mais integrada e de conjunto da questão da violência no desporto. Após se ter disponibilizado para acolher contributos dos demais Deputados interessados, concluiu o Autor que a presente iniciativa reúne condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Intervieram os Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD) para felicitar o Autor pelo trabalho realizado, tendo salientado tratar-se de matéria vasta, complexa e delicada que não admite tibiezas de apreciação. Sublinhou, ainda, o papel, quase único, desenvolvido pelo Conselho da Europa, bem como a justeza da apreciação constante do Parecer.

Paulo Pisco (PS) que, abrindo uma exceção no que tange apreciações ao trabalho feito por colegas de bancada, não deixou de elogiar a qualidade do trabalho realizado pelo Autor, em matéria muito importante.

Nuno Magalhães (CDS/PP) para cumprimentar o Autor pelo teor e forma como elaborou o presente Parecer, tendo salientado partilhar inteiramente da opinião expressa. Referiu que o Conselho da Europa, no que à segurança diz respeito, agrega experiências muito diversas, tendo podido testemunhar, enquanto membro de Governo

com responsabilidade direta na matéria, encontrar-se Portugal na vanguarda das melhores práticas, em qualquer dos campos jurídico, institucional e operacional.

Submetido a votação, foi o Parecer aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do PCP.

No **Ponto 2.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Gabriela Canavilhas (PS)** para apresentação do seu Parecer sobre a Proposta de Resolução n.º 56/XIII/2.ª. Começou a autora por aludir à relevância desta temática, até ao nível civilizacional, no que às Artes diz respeito. Depois, a Autora aludiu ao teor substantivo deste segundo Protocolo à Convenção em apreço e suas motivações, designadamente a criação da figura da “proteção reforçada” prevenindo e sancionando infrações graves, com consequências, também, no domínio criminal. Concluiu, referindo já ser tempo de Portugal se associar a este instrumento, tendo considerado a presente Proposta apta a ser discutida em Plenário.

Seguidamente, intervieram os Senhores **Deputados**:

José Cesário (PSD) para felicitar a Autora pelo trabalho realizado na elaboração do seu Parecer, tendo salientado um conjunto de fatores que convergem para a identificação entre o património civilizacional e os direitos dos diferentes povos à salvaguarda dos seus elementos identificativos enquanto tal.

Paulo Pisco (PS) para, novamente a título excecional, felicitar a Autora pelo importante alerta para a Humanidade que é dado no seu Parecer, mormente na opinião que no mesmo vem emitida.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do PCP.

Transitados para o **Ponto 4.** da OD, referiu o Senhor **Presidente** ter sido solicitada por parte do Deputado Autor que a apresentação do Relatório da Petição em apreço pudesse ficar definitivamente agendado para a sessão de 12 de dezembro, no que houve aquiescência geral.

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra à Senhora **Deputada Ângela Guerra (PSD)** para apresentação do seu Relatório alusivo ao documento de reflexão “Futuro da Defesa Europeia”, no que considerou mais uma etapa do processo de acompanhamento do Parlamento acerca desta matéria. Após ter feito uma curta resenha de anteriores escrutínios realizados pela Comissão, quis assinalar o facto de, desde Maio do corrente ano, terem vindo a ser publicados diversos documentos sobre esta matéria, oriundos das diferentes instituições europeias, com destaque para a Comissão Europeia, através da sua Alta Representante da União, traduzindo o presente documento o remate final sobre a matéria. De substância, realçou três elementos estruturantes essenciais: o reforço das políticas comuns; o desenvolvimento de mecanismos visando o aprofundamento de políticas; e o reforço da política de parcerias, designadamente com a ONU e a NATO. De seguida, salientou a pretensão, expressa no texto, de uma abordagem integrada das componentes *soft power* e *hard power*, bem como a identificação de três cenários __ escalpelizando para cada um perspectivas e circunstâncias __, e ainda uma planificação até 2025, atento o quadro de ameaças e vulnerabilidades que a área de responsabilidades da Defesa Europeia não poderá prescindir, mormente no capítulo do *hard power*. Neste seguimento, o documento sob análise acaba igualmente por privilegiar a ideia de um “Mercado Único da Defesa”, aprofundando a componente da indústria europeia de defesa. Na opinião que emitiu, a Autora manifestou concordância com o caminho tendente ao aprofundamento intergovernamental, na perspectiva de “federalizar” os contributos para a Defesa na UE, ao invés de uma outra visão que parece apontar para a constituição de um “Exército Europeu”, com a qual discorda.

Seguidamente, intervieram os Senhores **Deputados**:

Isabel Santos (PS), para felicitar o trabalho realizado pela Autora, o qual considerou extremamente factual e objetivo. Considerou a presente matéria como de superior relevância, motivo pelo qual irá continuar a merecer acompanhamento parlamentar de grande proximidade, mormente quando estamos perante posições críticas como a dos Estados Unidos face à NATO e do próprio BREXIT, relativamente ao papel central que a Grã-Bretanha possui no contexto da defesa europeia, tudo elementos que obrigam a União a agir, fundamentalmente, por via da importante iniciativa da Cooperação Estruturada Permanente.

Maria Manuel Rola (BE), para agradecer o trabalho efetuado pela Autora e manifestar a posição contrária do seu Grupo Parlamentar relativamente a esta matéria, associada a uma forte preocupação em face do que considerou ser uma deriva securitária europeia.

Diferentemente, considerou existirem outras áreas de maior relevo, como sejam os direitos humanos, a erradicação da pobreza e as alterações climáticas.

Retomou a palavra a Senhora **Deputada Ângela Guerra**, para agradecer as palavras da Senhora Deputada Isabel Santos, tendo recordado a quantidade de vítimas e refugiadas que têm advindo dos inúmeros conflitos. Depois, declarou o facto de o PSD não se surpreender com a posição manifestada pelo BE, cujas preocupações, sendo igualmente partilhadas com o PSD, não podem fazer esquecer as questões ora em discussão, relacionadas com a defesa europeia.

Submetido a votação, o Relatório foi aprovado por maioria, com voto contra do BE, tendo ficado registada a ausência do PCP.

Já no âmbito do **Ponto 6.**, o Deputado Autor do Parecer à margem referenciado solicitou o adiamento da sua apresentação para a sessão a realizar a 5 de dezembro próximo.

Relativamente ao **Ponto 7.** da OD, foi atribuído à Senhora Deputada Lara Martinho (PS) o escrutínio da iniciativa europeia ali referenciada.

No **Ponto 8.**, foi lida a ata da sessão de 21 de novembro passado, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

Pelo que, nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas onze horas e trinta e cinco minutos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/1SL/COM/02_CNECP/CNECP_20171130.mp3

Palácio de S. Bento, 30 de novembro de 2017

\

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Joana Lima
José Cesário
Lara Martinho
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto
Ana Passos
António Ventura
Berta Cabral
Carla Sousa
Fernando Jesus
Hugo Costa
Maria Augusta Santos
Pedro Alves
Wanda Guimarães

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Páscoa Gonçalves
João Oliveira
Porfírio Silva
Rui Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 16/01/2018.